

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.910 - MG (2019/0037672-7)

RECORRENTE : NEXTEL PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO LORENZI DE CASTRO - SP129134
ALAN KIM YOKOYAMA - SP247376
JOSE GUSTAVO DE RESENDE - MG124434
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
PROCURADOR : NÂMERA CARDOSO VALADÃO E OUTRO(S) - MG125338

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Nextel Telecomunicações Ltda., com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF/88, com o objetivo de reformar o acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (fl. 308):

AGRAVO EM RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO - JUNTADA DE CÓPIA DA GUIA DE PREPARO - INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAR - NÃO ATENDIMENTO - DESERÇÃO RECONHECIDA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A via original da guia de preparo é o meio pelo qual o recorrente, no momento da interposição do recurso, comprova haver efetuado o preparo, salvo os casos de isenção legal. 2. Sendo a parte intimada a sanar a irregularidade, com a juntada da guia original de preparo, mas quedando-se inerte, a decisão que não conheceu do recurso de apelação deve ser mantida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 327).

Na origem, a Nextel Telecomunicações Ltda. ajuizou ação contra o Município de Uberlândia, objetivando a declaração de nulidade da multa aplicada pelo órgão de defesa do consumidor no valor de R\$ 106.166,00 (cento e seis mil e cento e sessenta e seis reais), em razão do processo administrativo n. 0112-006.255-6, no qual discutiu-se a legalidade da multa rescisória imposta no contrato celebrado com a Sra. Vanessa Saldanha de Sousa.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em consonância com a decisão monocrática, não conheceu do recurso de apelação interposto contra a sentença de improcedência dos pedidos, ante a ausência de recolhimento do preparo respectivo.

Em suas razões especiais a recorrente alega, em síntese, violação dos arts. 425, IV, e 1.007, do CPC/2015, sob o fundamento de que inexistente a obrigatoriedade na comprovação, através da guia original, do recolhimento da guia recursal, sendo a cópia apresentada nos autos apta à demonstração do referido pagamento.

Contrarrazões ofertadas às fls. 360-370.

É o relatório. Decido.

O recurso especial tem por objetivo o controle de ofensa à legislação federal, nos termos do art. 105, III, *a*, *b* e *c*, da Constituição Federal, e, por isso, não cabe a esta Corte a análise de suposta violação de legislação local, portarias, instruções normativas, resoluções, regimentos internos, etc.

Com efeito, verifica-se o Tribunal de origem, para decidir a controvérsia, interpretou o Provimento n. 15/2010 e a Portaria n. 51, ambos do TJMG, o que implica a inviabilidade do recurso especial, uma vez que tal procedimento exigiria, necessariamente, a análise dos citados atos da Corte local, medida vedada por via de recurso especial, porquanto essa espécie normativa não se enquadra no conceito de lei federal ou tratado, conforme entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREPARO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM DESACORDO COM O PROVIMENTO CONJUNTO 15/TJMG. DESERÇÃO DECRETADA NA ORIGEM. NORMAS LOCAIS. REVISÃO INDEVIDA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Na hipótese, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

2. Não é possível a análise nesta Corte da pretensão recursal no sentido de afastar a deserção reconhecida pela Corte de origem com base no Provimento 15/2010 do TJ/MG. Isso, porque não está inserida na competência desta Corte a análise de norma infralegal, a teor do art. 105, III, da Constituição Federal, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 280/STF.

3. Esta Corte tem considerado deserto o recurso especial se a regularização do respectivo preparo for realizada intempestivamente, em inobservância das normas de protocolo dispostas em ato da Corte local (AgInt no AREsp 443.695/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/12/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1516089/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA À INSTRUÇÃO NORMATIVA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL DESPROVIDO.

1. As Turmas que compõem a 1a. Seção desta Corte, entendem que é inviável o Recurso Especial para análise de violação a atos normativos infralegais, tais como Resoluções, Portarias, Regimentos, Circulares ou Instruções Normativas, pois não se enquadram no conceito de lei federal nos termos do art. 105, inciso III da Constituição Federal/1988. Precedentes: AgInt no AREsp. 908.829/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 9.12.2016; AgInt no REsp. 1.533.635/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 9.11.2016.

2. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL desprovido.

(AgInt no REsp 1394867/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES

MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 14/03/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RI/STJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

